

COMO A LÍNGUA MATERNA AFETA O SUJEITO NA APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS?

DENISE SOUZA RODRIGUES GASPARINI

Instituto de Estudos da Linguagem
Universidade Estadual de Campinas

Neste trabalho, que contempla alguns aspectos de minha dissertação, ainda em desenvolvimento, pretendo oferecer uma contribuição para a discussão teórica da Linguística Aplicada no que respeita à vertente do ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, e, para tal, proponho a consideração de alguns aspectos do contato do sujeito com a tríade linguagem – língua materna – língua estrangeira, tomando a noção de sujeito do aporte da psicanálise. O sujeito que nos interessa incluir em nossas reflexões é, pois, o sujeito do inconsciente, postulado como constituído e dividido na e pela linguagem. Apresentarei as principais características desta noção adiante.

Minha hipótese considera que a linguagem postulada como constitutiva se materializa para o sujeito em sua língua materna, língua na qual ele está imerso desde antes de seu nascimento e que inscreve nele suas marcas únicas e singulares. A tais marcas atribuo a característica de influenciarem as relações que o sujeito estabelece com toda e qualquer língua estrangeira que pretenda aprender no decorrer de sua vida.

Propus, então, três questões para direcionar a discussão de minha pesquisa, e pretendo tecer aqui um breve comentário sobre cada uma delas:

A primeira questão se refere às implicações de considerarmos a constituição a partir da linguagem tanto para a ligação do sujeito com sua língua materna quanto para a sua aprendizagem de línguas estrangeiras. O que esta condição inerente ao sujeito pode nos dizer a respeito das relações subjetivas com as línguas estrangeiras?

Em segundo lugar busco examinar o estatuto que uma língua dita materna pode apresentar para um sujeito. Se o sujeito é constituído por linguagem, em quais posições ele pode ser colocado por essa língua? Quais conseqüências podemos extrair destas determinações?

Como último ponto, pretendo discutir as relações entre língua materna e língua(s) estrangeira(s). Partindo da consideração de que a língua materna é o campo simbólico que perpassa o contato do sujeito com os demais idiomas, quais podem ser as conseqüências da posição do sujeito em sua língua materna para a aprendizagem das línguas estrangeiras?

Ainda no que diz respeito à terceira questão, também pretendo situar algumas reflexões sobre o desejo do sujeito por aprender línguas estrangeiras, inspirada por Revuz (2002: 216), que levanta um questionamento sobre qual seria o desejo, ou de que seria feito o desejo, capaz de levar um sujeito a investir na aprendizagem de um novo idioma.

Partir do aporte teórico da psicanálise oferece a este trabalho um deslocamento das perspectivas clássicas das noções de língua/linguagem e de sujeito, que são de

fundamental importância para todas as discussões aqui implicadas. De meio ou instrumento de interação e comunicação (Cf. Silva, 2005: 90), a língua/linguagem se torna parte essencial, constitutiva e inseparável de cada sujeito, e este passa da posição postulada pelo Cogito cartesiano de “*plenamente consciente, (...) substancial, detentor do (seu) saber e da possibilidade de aprender o mundo de modo integral*”¹ (Barichello, 2007: 28) a elemento existente e operante no inconsciente, permanentemente afetado por seu funcionamento (que se dá de modo similar ao funcionamento de uma linguagem), evanescente e completamente distinto dos conceitos de indivíduo ou ser humano (distinto, portanto, do sujeito cartesiano).

Levando em conta, como o faz Lacan (1985: 189, grifo do autor), que o “*inconsciente [é] estruturado como uma linguagem*”, podemos atribuir a esta esfera a condição de lugar privilegiado das relações significantes e das cadeias de significantes. Sob esta perspectiva, o sujeito do inconsciente passa a ser definido como o que um significante representa para um outro: “*um significante representa um sujeito para outro significante*” (idem, 194), pois só há “*sujeito por um significante, e para um outro significante*” (idem, 195).

Isso implica que as noções de sujeito, de inconsciente e de linguagem são indissociáveis uma das outras. O inconsciente, funcionando como uma linguagem, isto é, sob as leis do significante que é seu suporte, produz, como um efeito de seu movimento, a dimensão psíquica que é o sujeito. É o trabalho empreendido pelo significante na esfera inconsciente do aparelho psíquico que constitui o sujeito, que surge “*via linguagem, no campo do Outro e devido ao campo do Outro*” (Barichello, 2007: 41). “*Só existe sujeito na referência a esse Outro*” (Lacan, 1999: 16).

Em diversos momentos do *Seminário 5*, Lacan aproxima este Outro a que nos referimos da figura da mãe (Cf. Lacan, op.cit: 95, 190, 208, 227, 474, 492 etc.)², o Outro materno portador da língua primeira do sujeito, como sede da palavra, da fala e de “*tudo que a linguagem traz em si, que se manifesta nos momentos de criação significativa, e que nela está em estado não ativo, latente*” (Lacan, idem: 121). É a partir de tais considerações que proponho observarmos a linguagem responsável pela constituição subjetiva, a partir das relações do ser vivente com o Outro presentificado na mãe, como materializada na língua materna do sujeito.

Além de ser a primeira modalidade lingüística com a qual o sujeito tem contato desde antes de seu nascimento e durante todo seu processo constitutivo, devido aos “*cuidados e palavras*” (Revuz, 2002: 218, grifo do autor) que a criança recebe dos adultos próximos, uma língua é materna para um sujeito por ser a primeira a introduzi-lo no campo simbólico, a posicioná-lo no mundo e significá-lo: “*o sujeito é significado por sua língua materna (...) [é] ela que define sua posição no simbólico*” (Pereira de Castro, 1988: 255). É esta língua, impregnada de predicados e afetos, a responsável por tecer seu psiquismo, cifrar seu inconsciente e fundar sua vida relacional.

¹ Optei por apresentar todas as citações formatadas em itálico para destacá-las no corpo do texto. Indicarei, porém, quando algum destaque pertencer ao texto original.

² Este conceito é, porém, mais abrangente, não podendo ser equiparado somente ao semelhante, conforme ensina Lacan (1995: 79-80): “O Outro não é simplesmente o outro que está ali, mas literalmente o lugar da palavra. Existe estruturado na relação falante, este mais-além, este grande Outro para além do outro que vocês apreendem imaginariamente, este Outro suposto é o sujeito como tal, o sujeito em que a fala de vocês se constitui, porque ele pode, não somente acolhê-la, percebê-la, mas também responder a ela”.

Uma língua é considerada materna para um sujeito por ser o suporte com o qual foram inscritos nele, de forma totalmente singular e única, os traços de sua subjetividade, suas experiências de foro mais íntimo.

É nas relações do recém-nascido, um sujeito a devir, com os adultos que lhe cercam e que dele se ocupam (adultos que cumprem a função de Outro materno), que uma língua se configura como materna para o sujeito, comportando todas as características que já elencamos até o momento. Mas, como a língua falada pela mãe recebe todos estes traços distintivos?

Enquanto representante mais direta para a criança do adulto cuidador e detentor do funcionamento simbólico, a mãe (ou quem cumpre sua função), ao atender prontamente todas as necessidades vitais do bebê, lançando mão sempre das palavras de seu idioma para tal, torna-se para ele seu objeto privilegiado de desejo: “*A mãe é o objeto primitivo, o objeto por excelência*” (Lacan, 1999: 309), e também o alvo da identificação primária da criança. Mas, para que a língua que a mãe utiliza no trato com a criança receba o estatuto de língua materna e tenha todas as propriedades inerentes a ela é necessário que uma outra operação ocorra:

“*Com efeito, (...) a língua materna é aquela na qual, para aquele que fala, a mãe foi interdita*”, nos aponta Melman (1992: 32), referindo-se ao estatuto negativo da língua materna: a proibição (interdito) da mãe enquanto primeiro objeto de desejo do sujeito imposta pela função do pai.

De fato, mãe e bebê tendem a estabelecer uma relação ideal, permeada por uma linguagem supostamente transparente que, imaginariamente, garante uma comunicação plena entre eles, e que precisa ser quebrada para que haja a ascensão ao campo significante. Tal linguagem, à qual Vorcaro (2001: 08) se refere como língua maternante, é também citada por Lacan (1999: 343) ao postular que o riso da criança que ainda não fala toma o lugar da palavra em sua comunicação com sua mãe:

[A]ntes mesmo da fala, a primeira comunicação verdadeira (...) é o riso. Antes de qualquer palavra, a criança ri. (...) A presença conhecida, aquela com a qual ela está habituada e sobre a qual sabe que pode satisfazer seus desejos em sua diversidade, é chamada, apreendida e reconhecida no código especialíssimo que é constituído, na criança antes da fala, por seus primeiros risos diante de certas presenças, que cuidam dela, que a alimentam e a atendem.

Sem a interferência do pai, que se coloca como um terceiro termo na relação dual estabelecida entre mãe e filho e que deve entrar em jogo como o “*portador da lei, como proibidor do objeto mãe*” (Lacan, op.cit: 193), esta comunicação privada entre mãe e bebê jamais passará ao nível significante e a criança será incapaz de sair da posição de assujeitada ao desejo de sua mãe e emergir como um sujeito, posição de onde “*provém a demanda, onde se forma o desejo*” (Idem: 195).

A função do pai, o responsável pela transformação da mulher em mãe, é o de devolvê-la ao seu estado anterior, ou seja, da condição de mãe, novamente, à de mulher, postulando para o filho que é ele (o pai) quem tem o direito de gozar daquela mulher, indicando à criança que ela lhe é proibida: “[*O*] que o pai proíbe? (...) [*E*]le proíbe a mãe. Como objeto ela é dele, e não do filho” (Idem: 178). A instância paterna coloca em jogo o significante Nome-do-Pai, que se põe no lugar do significante do desejo da mãe,

elidindo-o, e re-significa a criança, que se posiciona como sujeito a partir da organização da realidade estabelecida e do entrelaçamento entre o Real, o Simbólico e o Imaginário proporcionados por sua entrada. Ela tem, então, seu acesso ao simbólico garantido, podendo tomar a língua falada por sua mãe como sua língua materna e se servindo dela de forma articulada e criativa para significar suas experiências e falar sobre seus desejos.

Uma língua passa, então, a ser materna para um sujeito, a partir do momento em que, por intervenção da instância paterna, ela passa a falar o sujeito, ou seja, a partir do momento em que houve a perda do objeto de desejo primordial e com isso o estabelecimento da condição essencial para a instauração do desejo nele, a condição da falta. Moraes (1999: 79), comentando Melman (1992), define a língua materna como

a língua do desejo, organizada tal qual o desejo, mas essa organização não garante a expressão desse desejo. Ela é materna, nessa definição, a partir do objeto que ela interdita, isto é, sob a condição de o desejo não ser reconhecido pelo sujeito, ou seja, de nela faltar justamente o que é 'materno' e, por isso mesmo, poder o 'sujeito ser falado por ela', e o que quer que ela fale em nós ser enunciado pelo Eu.

Esta língua que contempla a dimensão do desejo do sujeito é, conforme já citamos, a responsável por inscrever nele os traços de sua subjetividade, suas experiências e seus afetos. Sendo, então, a língua materna um material tão especial na constituição subjetiva, é possível e/ou desejável desconsiderar seu valor e seus efeitos quando abordamos encontro do sujeito com um outro idioma? É a relação entre língua materna e língua estrangeira que pretendo discutir a partir de agora.

A um sujeito constituído por linguagem, ou seja, efeito do funcionamento do campo simbólico no inconsciente, não podemos instituir as línguas, tanto a materna quanto as estrangeiras, como exterioridades, tendo em vista que estas se incluem como modalidades deste campo mais abrangente que é a linguagem. Podemos examinar, porém, que uma língua materna apresenta um estatuto especial para o sujeito, não podendo ser equiparada a nenhuma outra língua, qualquer que seja, por ser carregada de predicados e afetos, e por estar em jogo desde o momento mítico de seu surgimento.

O primeiro ponto que nos ajuda a observar a diferença primordial entre uma língua caracterizada como materna e uma considerada estrangeira se deve à diversidade na modalidade do primeiro contato do sujeito com estes dois idiomas. Já discutimos que a ligação do sujeito com a língua que se configurará como sua língua materna ocorre desde antes de seu nascimento, que ele se encontra desde sempre imerso no universo simbólico e significante dessas palavras.

A língua materna, então, captura o sujeito em seu funcionamento lingüístico-discursivo (Cf. Lemos, 2002), ou seja, devido sua anterioridade lógica no que respeita à criança, a língua materna promove uma mudança no posicionamento desta em relação à língua/linguagem, em relação ao Outro e em relação a ela mesma, permitindo ao sujeito atribuir significados. Assim sendo, a língua materna, conforme postula Melman (1992: 16), é a língua que o sujeito sabe e que "*autoriza o locutor a falar como mestre*", em contraposição à(s) língua(s) que o sujeito conhece, isto é, a(s) língua(s) estrangeira(s) que deve(m) ser aprendida(s), mas que, segundo nosso entendimento, deverão se depositar sobre os traços da língua materna.

Conforme comentado, então, aquela língua que se configurará como uma língua estrangeira para um sujeito se caracteriza por ser o “*objeto de uma aprendizagem*” (Revuz, 2002: 215), por ser uma língua que o sujeito conhece, e não que ele sabe. Ainda ancorada em Melman (1992: 15), proponho observarmos esta língua que o sujeito conhece como uma capacidade deste de efetuar traduções mentais a partir de sua língua materna, anteriormente inscrita:

Quando Freud introduz a noção de inconsciente, está submetendo o sujeito a uma inscrição em um sistema simbólico anterior a ele. Se o sujeito organiza seu discurso com elementos que o excedem, mas que o determinam simbolicamente, **a língua estrangeira entra, nesse contexto, como um modo de leitura da língua materna** (Moraes, 1999: 126, grifo da autora).

Nesta(s) língua(s) traduzida(s) a partir da língua que se sabe, o sujeito não fala da mesma posição. Nela(s) não reverberam as vozes de sua constituição e nem estão presentes os afetos vinculados aos termos e aos recortes de sua língua materna. A língua estrangeira não é a mesma e nem carrega o mesmo peso daquela língua que constituiu o sujeito e teceu seu inconsciente. Nesta língua estranha, a mãe não foi interditada enquanto objeto original de satisfação, então ela não traz consigo as marcas da falta e do desejo.

Além disso, a um sujeito só é possível aprender línguas estrangeiras, por já ter entrado em contato com o campo simbólico, do qual todas as línguas fazem parte, por intermédio de sua língua materna. Segundo Freud (1977 [1891]: 60, grifo do autor):

Todas as outras novas aquisições da função da linguagem – se aprendo a falar e a compreender diversas línguas estrangeiras, se, além do alfabeto aprendido em primeiro lugar, aprendo também o grego e o hebraico, se, ao lado de minha grafia uso também a estenografia e outras escritas – todas essas atividades (aliás, as imagens mnêmicas que é preciso empregar para isso podem ultrapassar em muito o número das da língua de origem) estão evidentemente localizadas **nas mesmas áreas** que conhecemos como centros da primeira língua aprendida.

Assim sendo, as relações que um sujeito pode estabelecer com a(s) língua(s) estrangeira(s), as quais comentaremos adiante, se dão de maneira totalmente particular, tendo em vista que esta pode ser considerada uma releitura da língua materna que também foi inscrita nele de forma singular e única, e que sempre permanece ali, em estado latente. A língua estrangeira se apóia nos trilhos já abertos pela língua materna no campo simbólico do sujeito:

[O] exercício requerido pela aprendizagem de uma língua estrangeira (...) solicita(...) as bases mesmas de nossa estruturação psíquica, e com ela, a um mesmo tempo, o instrumento e a matéria dessa estruturação: a linguagem, a língua chamada materna. Toda tentativa de aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua. (...) [O] aprendiz (...) já traz consigo uma longa história com **sua** língua. Essa

história interferirá sempre em sua maneira de abordar a língua estrangeira (...) (Revuz, 2002: 217, grifo da autora).

As reverberações da língua que o sujeito sabe nas línguas que ele conhece ou pretende conhecer advém de sua ancoragem, ou sua fixação, em seu primeiro idioma. Acompanhando as formulações de Revuz (op.cit.), apresento dois posicionamentos do sujeito em relação a sua própria língua que trazem conseqüências para seu encontro com uma língua estrangeira: uma maior ou menor fixação subjetiva em sua língua constitutiva.

Conforme vimos, a língua materna é impregnada de afetos e predicados, e estes podem fazer dela um campo que traz segurança ou angústia para o sujeito. Um sujeito mais fixado na língua de sua primeira infância sente-se imaginariamente confortável e à vontade em relação a todos os seus elementos: sons, palavras, significações, recortes, valores, sintaxe etc., e se considera o mestre de seu discurso e o senhor de suas palavras ao se expressar nesta língua. Este sujeito se julga capaz de falar de si, de predicar o que o cerca, de atribuir significações que expressam toda sua subjetividade utilizando sua língua materna. Ela simboliza para ele um porto seguro de termos, expressões, sentidos e afetos a ela circunscritos, e oferece ao sujeito a ilusão de poder falar tudo sobre seu desejo, com autoridade, em primeira pessoa.

Ao sujeito que se situa tão intensamente ancorado em sua língua infantil, o encontro com as línguas estrangeiras não costuma acontecer sem turbulências ou livre de decepções. Ao se deparar com este novo sistema lingüístico, que lhe exige “*muita flexibilidade psíquica entre um trabalho de corpo sobre os ritmos, os sons, as curvas entoacionais, e um trabalho de análise e memorização das estruturas lingüísticas*” (Revuz, op.cit: 217), surge um estranhamento e o sujeito se sente despersonalizado, perdendo sua identidade, encontra dificuldade para se autorizar a falar da posição de Eu (em primeira pessoa), pois sente que os elementos deste novo idioma não carregam os valores e os predicados necessários para a construção de suas significações, que eles não constituem o suporte ideal para a expressão de sua subjetividade.

O contato com o novo idioma “*vem questionar a relação do sujeito com sua língua. Essa relação [que] é complexa e estruturante da relação que o sujeito mantém com ele mesmo, com os outros e com o saber*” (Revuz, op.cit: 220). Esta tentativa de ruptura com a primeira língua, de deslocamento das marcas que são tão determinantes para o sujeito, representa para ele uma perda perigosa, que é evitada a todo custo através de um afastamento das situações de contato (e confronto) com novo idioma ou de um boicote (inconsciente) a seu aprendizado. Para os sujeitos assim configurados, o distanciamento da língua materna necessário para haver o conhecimento do idioma estrangeiro parece impossível, um risco de exílio (como sugere o título do texto ao qual estamos nos reportando – Cf. bibliografia).

Considerando a língua materna como o que caracteriza as primeiras experiências simbólicas do sujeito e ponderando que tais experiências, bem como os discursos a elas vinculados, podem vir impregnados de afetos desprazerosos, concebemos uma outra configuração subjetiva, que se opõe à que acabamos de apresentar: trata-se de um sujeito menos ancorado na língua de sua primeira infância. Em Melman (1992: 31) encontramos o apontamento de que a diferença entre as línguas materna e estrangeira se situa no plano afetivo, e em Revuz (2002: 229) há a indicação de que a língua materna é

aquela que persegue e coage, e é como que confrontados com a negatividade implicada nestes significantes³ que determinados sujeitos se situam em relação a esta língua.

Para estes sujeitos, os elementos contidos em sua língua materna são indícios de desconforto, mal-estar e embaraço. Ela é sentida por eles como ponto de alteridade que os impossibilita falar plenamente de seu desejo, como campo em que não são senhores de seu dizer, como lugar de estranhamento e desconforto. Os falantes nesta posição se debatem com sua “*língua materna e [com] os enunciados destrutivos dos quais ela é portadora*” (Revuz, op.cit: 226) para eles.

A possibilidade de falar idiomas diversos do seu parece prometer a esse sujeito a completude imaginária que lhe foi negada por sua língua infantil. Para ele há uma necessidade de distanciar-se da língua materna para que se abram as possibilidades de ele encontrar o lugar de sua expressão e as suas verdadeiras significações. Cada um dos novos idiomas que se propõe a aprender surge como uma nova promessa de falar de seu desejo, impor-se enquanto sujeito que não encontrou espaço para sua expressividade no idioma de sua mãe, pois seus discursos na língua materna não puderam afirmar sua liberdade subjetiva.

A língua estrangeira não carrega o peso do interdito da mãe, nem mesmo da castração implicado na função proibidora do significante Nome-do-Pai, e isso possibilita para alguns sujeitos, segundo Melman (1992: 47),

movimentar-se, assim, em uma língua onde podem ter o sentido de que tudo ali pode ser dito, de estar ao mesmo tempo infinitamente mais soltos dos constrangimentos do que estes infelizes nacionais [os que falam esta língua como língua materna] que estão ali grudados em toda sua prudência, em seus interditos.

Estes aspectos são postulados por Melman (1992: 33) como preponderantes para que determinados sujeitos aprendam uma língua estrangeira com maior facilidade e se sintam mais confortáveis no manuseio de seus enunciados. A língua estrangeira para o sujeito assim configurado se constitui como uma busca com “*a aspiração de sair do exílio que é próprio ao sujeito. A aspiração de encontrar a terra na qual ele poderia dar a escutar esta língua na qual ele finalmente se exprimiria, se articularia claramente o desejo*” (Idem: 57).

Mas que desejo é esse desejado pelo sujeito? Desejo de completude, busca em diversos lugares, sobre o suporte de vários objetos. Sabemos ser pela mesma operação que assegura ao sujeito o acesso à fala, ou seja, a entrada em jogo do significante Nome-do-Pai na relação dual entre criança e mãe, que também se instaura nele sua condição de desejante. A instância paterna obriga o bebê a abrir mão da única coisa que supostamente o satisfaria plenamente, sua mãe, e a partir de então ele empreende uma busca interminável para reencontrar seu objeto primordial.

Apresento duas hipóteses para a configuração do desejo do sujeito: na primeira, a mãe é, por excelência, o modelo sobre o qual irão se forjar os desejos do sujeito, e os

³ Indico algumas das definições dicionarizadas destes termos para destacar suas significações usualmente negativas: **Perseguir** – Seguir ou procurar alguém por toda a parte com freqüência e importunidade / Procurar fazer a alguém todo o mal possível / Molestar, fatigar / Importunar. **Coagir** - Constranger, forçar pela lei ou pela violência (Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa – Cf. bibliografia).

objetos que ele buscar no decorrer de sua vida serão calcados em suas relações com sua mãe e nos desejos desta, que foram os primeiros desejos do sujeito. É sobre isso que Lacan (1999: 282) fala ao apontar a “*dependência primordial do sujeito em relação ao desejo do Outro*”.

A segunda hipótese que sugiro, apesar de se aproximar da primeira traz também elementos diferentes: proponho pensarmos o desejo como constituído a partir das diversas influências recebidas e experiências abarcadas pelo sujeito com o que o cerca, ou seja, com o Outro, na função de tesouro significante, os outros, seus semelhantes e o mundo. Os desejos do sujeito se configurariam, então, a partir das identificações, definidas por Freud (1987 [1921]: 133) como “*expressão de um laço emocional*”, com estes elementos.

Assim sendo, os objetos que o sujeito busca durante sua vida visando a completude estariam relacionados às suas relações com sua mãe e com seu desejo, com outros sujeitos e com o Outro. Isso também se aplica à objetos relacionados às aprendizagens, à coisas que o sujeito tem vontade de aprender, tendo em vista que tal vontade, chamada por Revuz (2002: 216) de desejo de aprender, é “*o verdadeiro motor da aprendizagem*”.

Como as relações de cada sujeito, porém, são únicas, e suas identificações múltiplas, não é possível imaginarmos que todos desejem a mesma coisa, busquem objetos semelhantes. Mais uma vez, isso se aplica também às aprendizagens. Tantos são os alvos, tão grande o número de possibilidades, que os objetos de aprendizagem desejados pelos sujeitos podem ser os mais variados.

A questão de uma maior ou menor ancoragem do sujeito em língua materna pode nos dar uma mostra de tal diversidade. Enquanto para aquele sujeito menos ancorado em sua língua infantil o desejo por aprender pode mirar em uma ou várias línguas estrangeiras, entre outros objetos, por ele imaginar que conhecendo outros idiomas terá sua completude garantida, para o sujeito situado no outro extremo dessa polaridade os objetos de desejo podem ser outros.

Para um sujeito com maior ancoragem na língua materna o objeto que pode se apresentar como capaz de trazer a plenitude pode ser de outra ordem, ele pode ter vontade de, talvez, se dedicar ao aprendizado das artes, música, costura ou mecânica, em detrimento das línguas, supondo serem estes os conhecimentos que aplacarão a incompletude na qual está originalmente incluído. Isso não sugere nenhuma incapacidade desse sujeito para as línguas, simplesmente denota sua dificuldade em se afastar do campo de sua primeira língua e sua luta para evitá-lo.

Dai surge uma cara questão ao envolvidos com ensino e aprendizagem de línguas, como eu: O que dizer para as teorias que postulam esta ou aquela pedagogia de ensino de línguas estrangeiras frente à questão do desejo de aprender do sujeito?

E, no encaço desta, veio outra, que causou ainda mais desconforto: Basta afirmar que o aprendizado ou o não aprendizado de uma língua por um sujeito se vincula exclusivamente a seu desejo por outro objeto, eximindo assim abordagens, métodos, técnicas, e *professores* de qualquer responsabilidade?

Não me considero apta a oferecer uma resposta para tais questões. Nem mesmo estou certa da possibilidade de haver uma capaz de ser formulada. Prefiro, antes, retomar em minhas últimas linhas a pretensão que atribui a esta pesquisa, em sua seção

introdutória: oferecer uma contribuição para a discussão e a reflexão entre professores de línguas estrangeiras sobre o que pode significar para seus alunos aprender um novo idioma, e buscar o que de melhor pode ser feito nas situações de ensino-aprendizagem a partir daí.

Referências Bibliográficas

BARICHELLO, Luigi. **Incidências do Discurso Capitalista sobre a Língua Inglesa e seu Ensino**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2009

<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx?pal> [consultado em 2009-08-06].

FREUD, Sigmund (1977 [1891]). **A Interpretação das Afasias**. Trad. Antonio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70.

_____ (1987 [1921]). **Psicologia de grupo e análise do ego**. In: Edição Standart Brasileira, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago.

LACAN, Jacques (1985). **O Seminário, livro 20: mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____ (1995). **O Seminário, livro 4: a relação de objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LACAN, Jacques (1999). **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LEMOS, Cláudia (2002). Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 42: 41-69. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELMAN, Charles (1992). **Imigrantes: Incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. São Paulo: Escuta.

MORAES, Maria Rita. **Materna/Estrangeira: o que Freud fez da língua?** Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Sobre o impossível esquecimento da língua materna. In: JUNQUEIRA FILHO, Luiz Carlos (org) (1988). **Silêncios e Luzes. Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira: entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês (org) (2002). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado das Letras.

SILVA, Kleber. **Crenças e Aglomerados de Crenças de alunos ingressantes em Letras (Inglês)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

VORCARO, A. (2001) **O organismo e a língua maternante: hipótese de trabalho sobre as condições do advento da fala e seus sintomas**. São Paulo: Mímeo.